

Enquadramento teórico

Manuel Silva

Susana Silva

No ensino de jovens surdos é do senso comum assumir-se que são apenas alunos que não conseguem ouvir. Na realidade, alunos surdos e ouvintes têm diferentes antecedentes, experiências, historial de comunicação e conhecimentos. Segundo Goldfeld (2002), a dificuldade de acesso à sua língua natural, desde cedo, constitui um obstáculo à expressão do seu pensamento ao grupo que o rodeia, o que o torna diferente do jovem ouvinte. Do mesmo modo que fica impossibilitado de compreender o que os outros lhe falam. Nós pensamos, aprendemos e representamos o mundo através das palavras pelo que só o domínio de uma língua, incluindo naturalmente a Língua Gestual Portuguesa, permite atingir níveis superiores de desenvolvimento cognitivo. Para Vygostsy (1998), as funções cognitivas e comunicativas da linguagem, que permitem através de signos e palavras a interação social, constituem a base do acesso a níveis superiores de funcionamento que permitem distinguir os homens dos animais. Segundo Sim-Sim (2005), a aptidão para a linguagem faz parte da nossa herança genética e, é graças a ela que, em situação de imersão linguística, nos apropriamos rápida e espontaneamente do sistema complexo, estruturado e específico da língua natural da comunidade onde crescemos e que passa a ser a nossa língua materna. De acordo com Chomsky (1971), todas as crianças gozam de especificidades inatas que lhes possibilitam alcançar e expandir a língua da sua comunidade. No entanto, as crianças surdas filhas de pais ouvintes deparam-se, por vezes, com dificuldades no acesso à sua língua materna que, de acordo com Sacks (1998), lhes acarreta inúmeros problemas, quer ao nível do seu desenvolvimento, do contacto com o meio, quer na aprendizagem. Denota-se que tratar os alunos surdos da mesma forma que os ouvintes pode ser contraproducente. Neste entendimento, Lane (1992, citado por Coutinho., 2006 p.161), refere ser, “um autêntico

desastre educacional resultou do uso da linguagem oral, falada ou escrita, para instruir crianças surdas”.

O que diversos estudos científicos, no âmbito da linguística, da psicolinguística e da neurolinguística demonstraram foi que, não só a língua natural dos surdos é a língua gestual, mas também que as aprendizagens escolares devem ser realizadas na sua língua materna. Esta conceção de que a língua natural dos surdos é a língua gestual, assenta no facto de que esta tem características diferentes da língua oral pois, trata-se de uma língua visuo-espacial em primeiro lugar e em que, de acordo com Guarinello (2007:12) “as palavras são produzidas em um espaço na frente do corpo que se estende do topo da cabeça até à cintura, tendo uma distância entre a mão direita e a esquerda estendida lateralmente”. Deste modo, as respostas educativas a alunos surdos prevêem a plena participação na vida da comunidade escolar, considerando não só o contacto mas também a comunicação satisfatória com os outros, a interação com iguais e um processo de aprendizagem conduzido globalmente na sua língua natural, ou seja, a língua gestual. Neste sentido, a educação dos “alunos com necessidades educativas especiais”, nomeadamente dos alunos surdos, tem sido discutida, na atualidade, com base numa perspetiva de integração/inclusão que recomenda que a educação destes alunos seja realizada dentro dos contextos regulares de ensino. Hoje vive-se, ainda, uma fase de transição entre a integração e a inclusão que, de acordo com Sasaki (1997:43), “...é compreensível que, na prática, ambos os processos sócio-educacionais coexistam por algum tempo, até que, gradativamente, a integração esmaieça e a inclusão prevaleça”